

# NOTA TÉCNICA

## EFEITOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SOBRE A TAXA DE DESEMPREGO

Maria Andréia Parente Lameiras\*

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, o mercado de trabalho no Brasil vem apresentando um cenário extremamente favorável, ao conjugar queda expressiva do nível de desemprego e aumento de salário real. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME),<sup>1</sup> a taxa de desocupação média passou de 11,5%, em 2004, para 5,6%, em 2013.<sup>2</sup> Já os rendimentos reais habitualmente recebidos apresentaram um incremento médio anual próximo a 3% entre 2004 e 2013.

Por definição, um recuo na taxa de desemprego só é possível se o crescimento da população ocupada se dá em ritmo superior ao observado na população economicamente ativa (PEA). Em outras palavras, a queda contínua da taxa de desemprego medido pela PME na última década implica dizer que a geração de novas vagas, nas regiões metropolitanas brasileiras, na economia vem sendo suficientemente grande para não só abarcar os novos entrantes na força de trabalho como, também, permitir a recolocação de um contingente de pessoas até então desempregadas. Por outro lado, tanto o ritmo de expansão da ocupação quanto a velocidade de crescimento da PEA guardam estreita relação com fatores demográficos (crescimento populacional) e com a situação econômica do país (desalento).

Registre-se, neste contexto, que o comportamento da PEA vem sendo de grande importância nos últimos meses para manter a taxa de desocupação em patamar próximo a 5,5%, uma vez que o ritmo de crescimento da ocupação vem recuando com mais intensidade desde o início de 2013.

O gráfico 1 mostra a evolução das taxas de desocupação, de crescimento da ocupação e do produto interno bruto (PIB). Nota-se que, durante a primeira metade da última década (2004-2008), o recuo de 3,6 pontos percentuais (p.p.) na taxa de desemprego veio acompanhado de uma expansão média da economia de 4,8% ao ano (a.a.) e de uma variação anual de 2,7% na taxa de crescimento da população ocupada. Entre 2009 e 2013, o ritmo da atividade econômica desacelerou para 2,7% a.a., na média, gerando, por conseguinte, uma menor expansão anual da ocupação (1,9%); ainda assim, porém, o aumento da ocupação foi forte o bastante para gerar um recuo de 2,3 p.p. da taxa de desemprego.

---

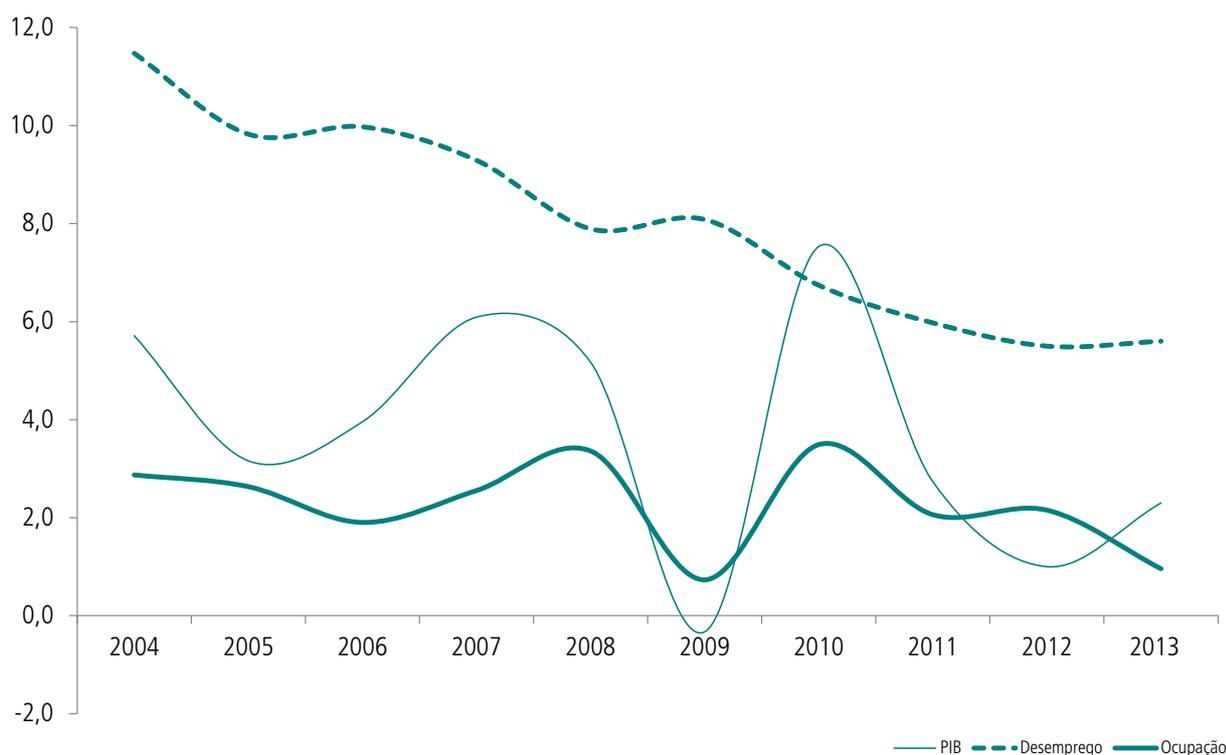
\* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

1. Os dados da PME abrangem seis regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

2. Dados de janeiro a outubro de 2013.

GRÁFICO 1  
Taxa de desocupação, PIB e taxa de crescimento da ocupação (2004-2013)

(Em %)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Nota: Dados de desemprego e ocupação de janeiro a outubro de 2013. Para o cálculo do PIB, considerou-se uma expansão de 2,3% em 2013.

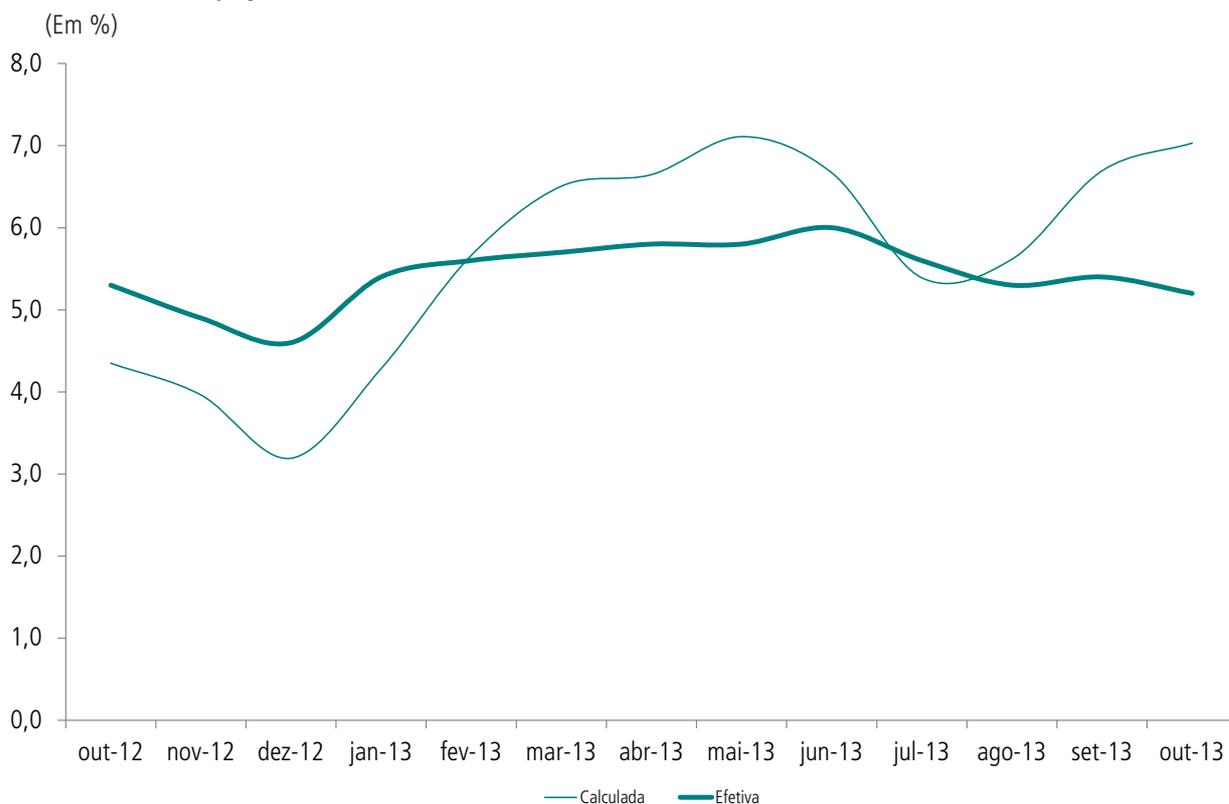
A aparente inconsistência entre o ritmo de crescimento da população ocupada e o comportamento da taxa de desocupação se tornou mais evidente após a divulgação dos dados da PME de outubro de 2013. De acordo com a pesquisa, o número de ocupados recuou 0,4%, na comparação interanual, atingindo o seu pior resultado desde outubro de 2009 (-0,3%) – momento em que o país sentia os efeitos da crise financeira internacional. No entanto, não obstante esta queda da ocupação, a taxa de desemprego ficou em 5,2%, ligeiramente abaixo do observado no mesmo mês de 2012, ajudada pela PEA, cujo contingente retrocedeu 0,5%, na mesma base de comparação.

Os resultados da PME em outubro intensificaram uma questão já presente há algum tempo nas discussões sobre o mercado de trabalho no país: como explicar a manutenção de uma taxa de desocupação tão baixa diante de um crescimento moderado da atividade econômica?

Segundo Lisboa e Pessoa (2013), esta dissonância entre baixo crescimento e alta de emprego tem como causa principal a evolução da produtividade em alguns setores da economia. De acordo com os autores, os setores produtores de bens de consumo e serviços, intensivos em mão de obra, se beneficiaram de ganhos de produtividade, o que lhes proporcionou uma expansão da produção e do emprego.

No entanto, mesmo sendo compatível a expansão da ocupação com um cenário de baixo crescimento econômico, esta, sozinha, não é capaz de explicar os movimentos mais recentes de desaceleração da taxa de desocupação. De fato, as quedas nas taxas de variação da PEA são também cruciais para a resolução deste quebra-cabeça. O gráfico 2 mostra o que teria ocorrido com a taxa de desemprego em 2013, se a PEA estivesse crescendo à sua taxa histórica (2002-2012).

GRÁFICO 2  
Taxa de desocupação (out./2012-out./2013)



Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Esta nota técnica tem por objetivo analisar o comportamento da PEA nos últimos anos, tentando identificar de que forma esta vem contribuindo para a manutenção da taxa de desemprego em patamar historicamente baixo.

## 2 DECOMPOSIÇÕES DA PEA

### 2.1 EFEITOS DEMOGRÁFICOS

Em outubro de 2012, o *Boletim Regional do Banco Central do Brasil* mostra no *box* intitulado *Impacto das alterações demográficas sobre a taxa de desemprego* que, ao longo das quatro últimas décadas, a PEA foi impactada sobretudo pela mudança no ritmo de crescimento da população brasileira. De acordo com os autores, ao decompor-se a PEA em população total (POP), taxa de suporte (RS) e taxa de atividade (TA)<sup>3</sup> é possível mostrar que as maiores contribuições ao seu recuo vieram da desaceleração do crescimento populacional. Entre 1970 e 1980, o crescimento da POP contribuiu com 2,5 p.p. para a variação média anual de 3,8% da PEA. Já entre 2000 e 2010 a população cresceu 1,2% e a PEA, 1,9%.

Ainda de acordo com os resultados apresentados no *box* e transcritos na tabela 1, a contribuição da razão de suporte para o crescimento da PEA manteve-se praticamente constante, enquanto a contribuição da taxa de atividade apresentou uma trajetória declinante, sobretudo na última década, passando de 0,9 p.p. para 0,2 p.p.

3. Taxa de suporte é a relação entre a população em idade ativa (PIA) e a POP. A taxa de atividade é definida como a proporção da PEA em relação à PIA.

TABELA 1

**Decomposição da taxa e crescimento: média anual da PEA (1970-2010)**

(Em p.p.)

	PEA	POP	RS	TA
1970-1980	3,8	2,5	0,4	0,9
1980-1991	3,0	1,9	0,6	0,5
1991-2000	2,8	1,4	0,5	0,9
2000-2010	1,9	1,2	0,5	0,2

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB, 2012).

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

**2.2 GÊNERO E IDADE**

Esta desaceleração da PEA, no entanto, merece ser mais bem compreendida. Uma maneira de aprofundar a análise é olhar a decomposição da PEA em diversos segmentos, o que permite identificar aspectos importantes no que diz respeito à composição da mão de obra no país.

Na desagregação dos dados da PME, por gênero, nota-se que, a despeito do resultado na margem, a PEA feminina mostra ao longo dos últimos meses uma taxa de crescimento em aceleração, configurando uma trajetória oposta à observada pela PEA masculina.<sup>4</sup> De acordo com o gráfico 3, a partir do terceiro trimestre de 2011, o número de homens participantes da PEA vem desacelerando sistematicamente, ainda que, em termos absolutos, a proporção de homens seja cerca de 7,0 p.p. acima da de mulheres (53,5% contra 46,5%, na média dos últimos doze meses). Esta queda no ritmo de crescimento da PEA masculina, no entanto, não pode ser considerada como um movimento recente. Segundo Alves (2013), a proporção de homens na PEA, medida pelos censos demográficos (e não, portanto, pela PME) recua de 80,8% em 1950 para 67,1% em 2010. Ainda de acordo com o autor, este fenômeno guarda uma forte relação com as mudanças econômicas e sociais pelas quais o país vem passando nas últimas décadas. A permanência maior dos homens na escola vem retardando o seu ingresso no mercado de trabalho, enquanto o aumento da cobertura previdenciária contribui para retirá-los mais cedo da PEA.

No caso das mulheres, a trajetória é justamente inversa: entre 1950 e 2010, a proporção feminina na PEA acelerou de 13,6% para 48,9%. Este expressivo aumento das mulheres na força de trabalho é reflexo de uma série de alterações na sociedade brasileira, que passou a reconhecer não só os direitos das mulheres, mas, também, a sua capacidade intelectual. Adicionalmente, nos períodos mais recentes, as relações familiares vêm sofrendo mudanças, de modo que a estrutura familiar ancorada na presença de um chefe masculino vem perdendo força. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), a proporção de mulheres chefes de família saltou de 27%, em 2001, para 36%, em 2012.

Na decomposição por faixa etária, verifica-se que a queda na taxa de variação anual da PEA deve-se, em boa medida, ao comportamento dos subgrupos “15 a 17 anos” e “18 a 24 anos”. A princípio, este recuo na proporção de jovens na PEA poderia ser visto como um processo natural, pois estaria refletindo as mudanças demográficas em curso no país.

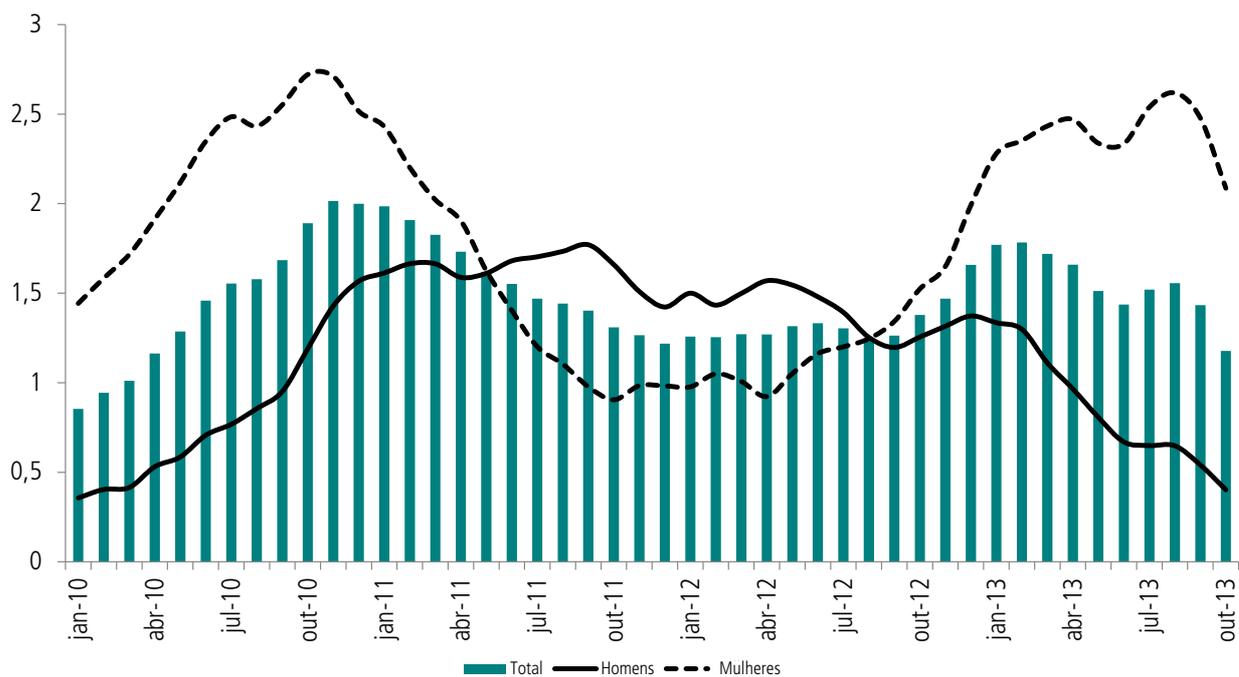
No entanto, quando se analisa a taxa de atividade, que mede a relação PEA/PIA, destes dois grupos, verifica-se que não é exatamente isso o que vem ocorrendo. Se a PEA estivesse decrescendo por conta da PIA, então, a taxa de atividade deveria manter-se razoavelmente constante ao longo do tempo. Entretanto, o gráfico 4 aponta que a taxa de participação dos jovens de 18 a 24 anos apresenta queda nos últimos três anos, enquanto as demais faixas etárias apresentam trajetória ascendente.

4. O conceito de PEA feminina e PEA masculina, aqui utilizado, refere-se à proporção de mulheres e homens no total da população economicamente ativa.

### GRÁFICO 3

**PEA – taxa de crescimento interanual: médias móveis de 12 meses (jan./2010-out./2013).**

(Em %)



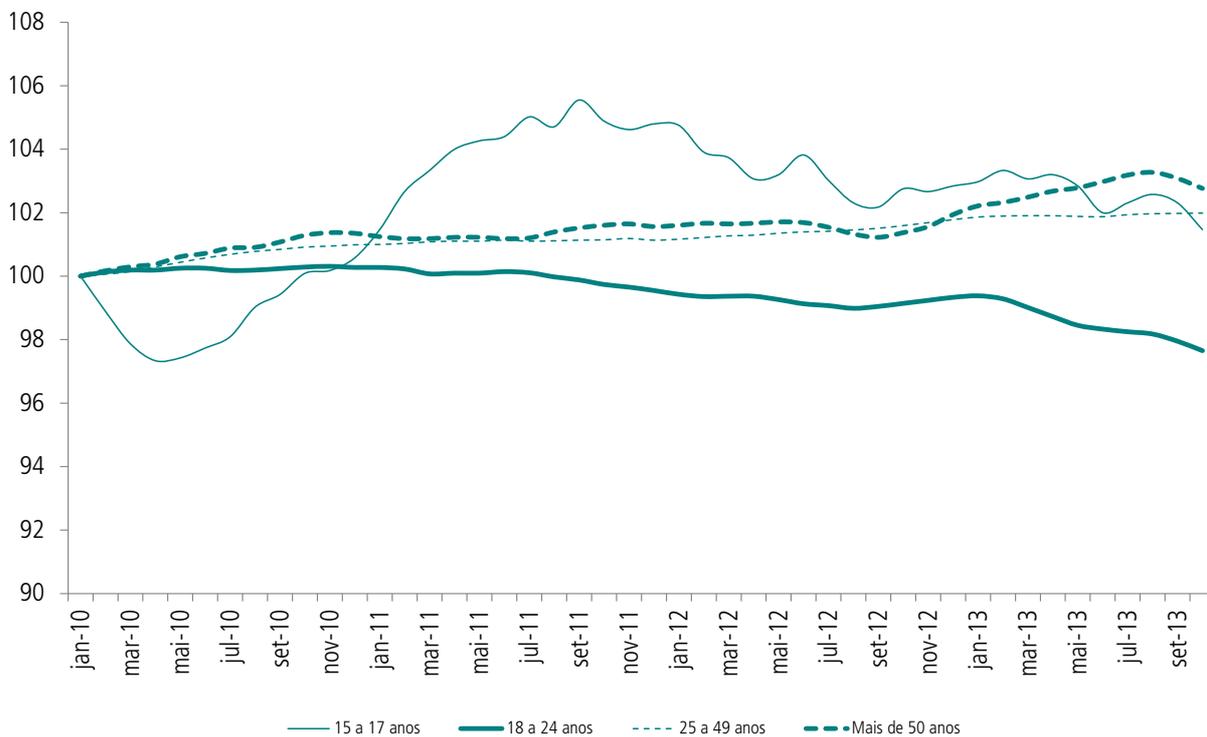
Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

### GRÁFICO 4

**Taxa de atividade média em 12 meses (jan./2010-out./2013)**

(Base jan./2010 = 100)



Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Desta forma, fica evidente que esta retração na taxa de atividade dos mais jovens é decorrente da saída destes trabalhadores da força de trabalho ou de um atraso no seu momento de entrada. Em um primeiro momento, este movimento poderia indicar que estes jovens não estão disponíveis para o trabalho porque estão se dedicando aos estudos. No entanto, a literatura disponível dá claras evidências de que não é isto o que está acontecendo. Muito pelo contrário, mais recentemente, uma série de estudos vem mostrando que cresce o número de jovens denominados “nem-nem”, que são aqueles que nem estudam, nem trabalham, nem procuram emprego. Este aumento da inatividade dos jovens pode ainda se tornar um fator limitador para futuros ganhos de produtividade da economia, uma vez que eles não estão nem se qualificando nem adquirindo experiência no mercado de trabalho.

Segundo Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013), tomando-se como base de comparação o período 2003-2004 e 2010-2011, enquanto a participação dos jovens que estudam e trabalham recuou 4 p.p., a parcela dos jovens que não estudam e não trabalham acelerou 1 p.p. Por meio de uma série de decomposições, os autores mostram que, dentre o subgrupo “nem-nem”, o contingente que mais cresce é o de jovens entre 17 e 18 anos; que a taxa de inatividade é maior entre os jovens menos escolarizados; que, apesar de ser maioria, a participação feminina no segmento dos “nem-nem” não sofre alterações durante o período analisado, ao passo que a proporção dos homens aumenta; e, por fim, que tanto brancos quanto negros apresentam taxas de crescimento próximas.

Resultados semelhantes foram encontrados por Camarano e Kanso (2012). Segundo as autoras, entre 2000 e 2010 cresceu a parcela de jovens entre 15 e 29 anos que não trabalham nem estudam. Apesar de, em termos absolutos, o número de mulheres nesta situação ter-se reduzido ao longo da última década, principalmente no segmento de 15 a 20 anos, a participação feminina dentro do subgrupo “nem-nem” é bem superior à masculina (67,5% contra 32,5%). A grande maioria das mulheres nesta situação era casada e já possuía filhos. O estudo mostra ainda que a maior parcela dos jovens que não estudam e não trabalham reside em domicílios com menor renda *per capita* e chefiados por indivíduos com menor escolaridade.

Esta aceleração no número de jovens que estão fora da escola e da força de trabalho, no entanto, pode ser relativizada pela constatação de que boa parte deste aumento deve-se ao fato de que o tempo médio deste período de inatividade aumentou ao longo dos últimos anos. Segundo Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013), entre 2004 e 2010, a duração média de permanência dos jovens nesta categoria aumentou em quase um mês. Entretanto, ainda mais relevante é o fato de que este período é relativamente curto, variando entre três e quatro meses.

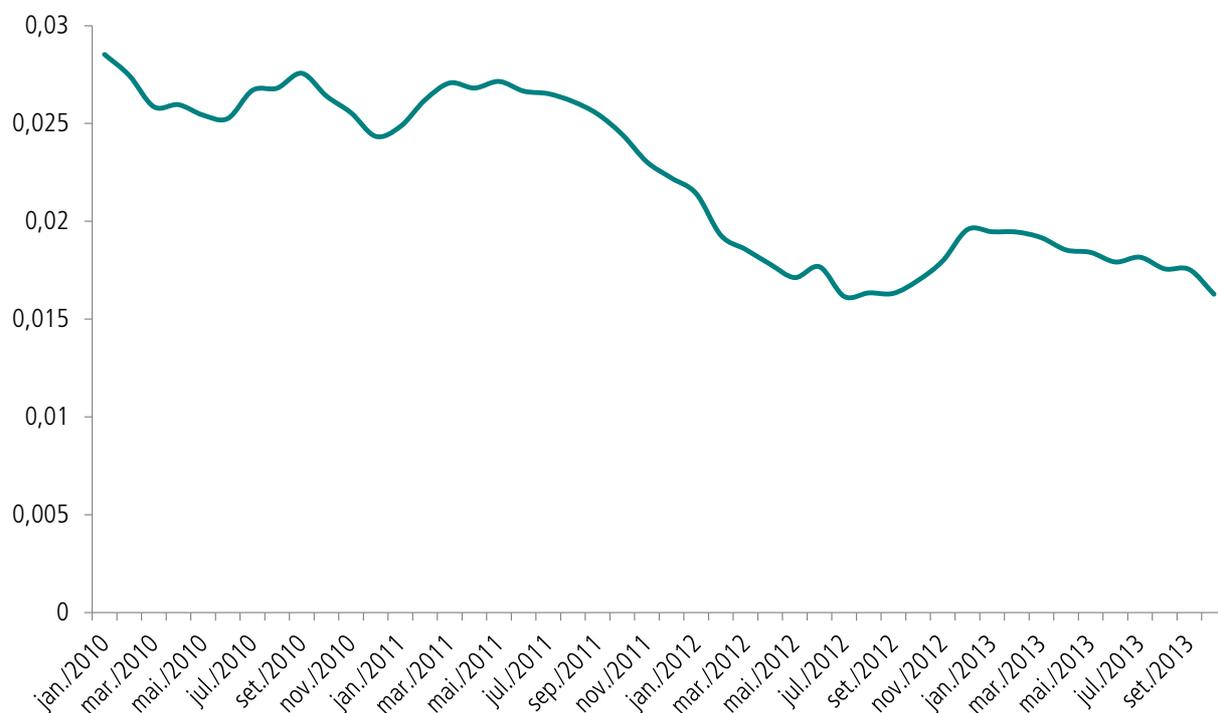
### 2.3 DESALENTO

Por fim, a análise da PEA deve levar em conta a influência do desalento. Dá-se o nome de desalento ao fenômeno no qual as pessoas não economicamente ativas que estavam procurando emprego há pelo menos seis meses desistem por não encontrarem qualquer tipo de trabalho, ou um trabalho com remuneração adequada, ou ainda um trabalho de acordo com as suas qualificações. Logo, não é de se surpreender que, em momentos iniciais de recessão econômica, a taxa de desemprego caia devido a uma queda da PEA, dado que um contingente de trabalhadores resolve sair do mercado, pois acredita que não irá conseguir uma colocação. O mesmo pode acontecer em períodos de recuperação, quando a percepção de que está mais fácil conseguir emprego leva de volta à PEA um grupo de trabalhadores até então desalentados.

Segundo dados da PME, não se pode atribuir à recente queda da PEA ao desalento, uma vez que a proporção de desalentados sobre a PEA vem recuando sistematicamente ao longo dos anos.

**GRÁFICO 5**  
**Proporção de desalentados sobre a PIA (jan.2010 - out.2013)**

(Em %)



Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

### 3 COMENTÁRIOS FINAIS

A taxa média de desocupação no Brasil vem caindo gradativamente ao longo da última década, de modo que, atualmente, esta se encontra próxima de 5,5%. Inicialmente, boa parte desta desaceleração no nível de desemprego veio associada a uma expansão da atividade econômica e da ocupação. A partir de 2011, entretanto, mesmo com uma clara perda de dinamismo na economia, a ocupação ainda continuou apresentando um desempenho suficientemente forte para gerar novos recuos da taxa de desemprego.

Em que pese o fato de que na margem os dados de pessoal ocupado já mostram alguma queda na comparação interanual, o fato é que o mercado de trabalho ainda se mantém em um patamar bastante confortável.

Se por um lado a continuada queda da taxa de desemprego mantinha uma relação direta com a expansão da ocupação, mesmo em ambiente de crescimento moderado, por outro fica mais evidente, a partir da análise dos dados mais recentes, que o recuo da desocupação também vem sendo favorecido pela retração das taxas de crescimento da PEA.

Com efeito um olhar mais aprofundado mostra que há também um movimento de saída de trabalhadores da PEA, principalmente no subgrupo de jovens entre 18 e 24 anos. Mais importante ainda é o crescimento da parcela destes jovens que não estão na força de trabalho mas também não estão estudando.

Por meio de uma leitura mais cuidadosa da literatura disponível sobre o tema, fica evidenciado que boa parte deste incremento do número de jovens denominados “nem-nem” é explicada pelo aumento do prazo médio em que eles permanecem nesta situação. O fator positivo é que mesmo com este aumento o prazo de permanência deste jovem na total inatividade é geralmente curto, variando entre três e quatro meses.

Desta forma, conclui-se que, de fato, o menor crescimento populacional e, por conseguinte, da PIA faz com que a economia precise gerar um volume menor de postos de trabalho para manter o desemprego estável, comparativamente ao que ocorria no passado. Adicionalmente, é inegável que nos meses mais recentes o comportamento da PEA vem agindo positivamente no sentido de reduzir a taxa de desocupação, mesmo em um ambiente de desaceleração no ritmo de crescimento da economia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ/Aparte, 2013.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Impacto das alterações demográficas sobre a taxa de desemprego. **Boletim regional**, out. 2012.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Boletim mercado de trabalho**, Rio de Janeiro, v. 53, nov. 2012.

LISBOA, M. B.; PESSOA, S. A. **Uma história sobre dois países (por enquanto)**. Insper, 2013. (Policy Paper, n. 6).

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. **A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente?** Insper, 2013. (Policy Paper, n. 7).